

## Editorial

NOVOS  
POBRES

O Banco Mundial está divulgando um estudo em que projeta que o Brasil terá entre 2,5 milhões e 3,6 milhões de novos pobres até o final do ano. Esses brasileiros estavam acima da linha da pobreza em 2015, mas foram expulsos do mercado de trabalho pelo desemprego.

Eles são adultos jovens, moradores de áreas urbanas, com escolaridade média. Os últimos dois anos de recessão na economia fizeram o desemprego explodir, fazendo com que esse contingente da população retornasse à pobreza e aumentasse a demanda pelo benefício do Bolsa Família. No ano passado, houve um crescimento de 33,4% nos cadastros do programa. Foi o primeiro aumento da pobreza após uma década de quedas sucessivas. Em janeiro último, a fila de espera do Bolsa Família chegou a 463,9 mil famílias, mas esse número foi praticamente zerado.

Redução tão significativa da fila só foi possível devido ao desligamento de milhares de famílias do programa. Não houve acréscimo expressivo de beneficiários. Hoje, são atendidos 13,5 milhões de famílias, que recebem um valor médio de R\$ 182 por mês.

Esse valor, que pode ser pouco maior ou menor dependendo do número de dependentes etc., é um paliativo, pois não tira ninguém da pobreza. Só com a retomada do crescimento econômico será possível sair desse círculo vicioso, tirando famílias do programa.

Para os beneficiários do Bolsa Família, aquele valor faz diferença. Mais alguns milhões de novos pobres são um problema extra. Para estancar a pobreza extrema, o orçamento do programa teria de ser aumentado. Segundo o Banco Mundial, para R\$ 30,4 bilhões ou R\$ 31 bilhões. De acordo com o banco, o número de pobres deve chegar a 19,8 milhões de pessoas num cenário de crescimento em 2017, dos quais 8,5 milhões estarão em estado de miséria. Na previsão de mais recessão, serão 20,9 milhões de pobres, sendo 9,4 milhões em pobreza extrema.

O governo tem diante de si um dilema, não lhe restando alternativa a não ser incluir mais beneficiários no Bolsa Família.

## SEMPRE EDITORA LTDA

**FUNDADOR** Vittorio Medioli  
**PRESIDENTE** Laura Medioli  
**VICE-PRESIDENTE** Marina Medioli  
**DIRETOR EXECUTIVO** Heron Guimarães

**GERENTE COMERCIAL**  
Alessandra Soares

**GERENTE DE TECNOLOGIA**  
Fábio A. Santos

**GERENTE INDUSTRIAL**  
Guilherme Reis

**GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**  
Walmir Prado

**GERENTE DE MARKETING**  
Monique Araki

**GERENTE DE CIRCULAÇÃO**  
Isabel Santos

**EDITORA EXECUTIVA**  
Lúcia Castro

**SECRETÁRIA DE REDAÇÃO**  
Michele Borges da Costa

**ADJUNTO DA SECRETARIA DE REDAÇÃO**  
Murilo Rocha

**CHEFE DE REPORTAGEM**  
Renata Nunes

**EDITORES**

Opinião: Victor de Almeida

Economia: Karlon Aredes

Magazine: Milton Luiz (interino)

Brasil/Mundo/Interessa: Aline Reskalla

Política: Ricardo Corrêa

Esportes: Denner Taylor

Cidades: Marina Schettini

Primeira: Frederico Duboc

Fotografia: Rejane Araújo

## O.PINIÃO

ESPÍRITO SANTO  
(OU QUALQUER OUTRO ESTADO BRASILEIRO)

Duke

ONTEM FORAM REGISTRADOS  
UNS 10 HOMICÍDIOS, OUTROS 300  
ARROMBAMENTOS E QUASE  
500 ASSALTOS!

UFA! VOLTAMOS À  
NORMALIDADE!



FÁTIMA OLIVEIRA

Médica

fatimaoliveira@ig.com.br

## Diante do machismo de Putin, Alexandra Kollontai não silenciaria

### Um novo homem: a mudança cultural que não se concretizou

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, declarou, em dezembro passado, que é contra a violência, mas que considera inadmissível a interferência do Estado em "assuntos de família". Dmitry Peskov, porta-voz do Kremlin, disse que conflitos familiares "não constituem, necessariamente, violência doméstica". A Igreja Ortodoxa apoia ambos, alegando que a criminalização é imposição ocidental sobre a cultura russa ("Se ele te bate, quer dizer que te ama" é um provérbio russo). Segundo a deputada Yelena Mizulina, relatora da lei de descriminalização da violência doméstica, "agressões físicas sem lesões sérias são apenas brigas familiares". Não é efeito de Orloff, é de vodca falsificada!

Há informações de que, na Rússia, a cada 40 minutos, morre uma mulher vítima de violência doméstica; dados do governo informam que 40% de todos os crimes violentos são cometidos no "lar, doce lar"; e em torno de 36 mil mulheres apanham de seus parceiros a cada dia, e 26 mil crianças apanham de seus pais anualmente.

Somente três países da Europa e da Ásia Central não possuem leis específicas contra a violência doméstica: Armênia, Rússia e Uzbequistão. Na Rússia, em julho de 2016, foi aprovada uma lei que criminaliza a violência contra familiares, o que fez rugir as forças conservadoras que agora aprovaram a lei que descriminaliza a violência doméstica quando a agressão não causar danos à saúde da vítima e não houver repetição do ato. Foi aprovada na Assembleia Federal da Rússia (Duma) por 389 votos favoráveis e apenas três

votos contrários, em 27.1.2017, sancionada por Putin em 8.2.2017.

Na lei sancionada, "danos à saúde" são "impactos duradouros à saúde da vítima que exijam tratamento hospitalar. Hematomas, arranhões e sangramentos são classificados como de 'efeito não duradouro' e não serão criminalizados", além do que "a Justiça russa não atuará de ofício (iniciativa própria) para investigar as acusações, apenas mediante as provas coletadas e apresentadas pela vítima". Trocando em miúdos: na Rússia, a violência doméstica só será puni-

### Comissária do Povo, elaborou as novas leis sobre os direitos da mulher, a legislação mais avançada de um país, inclusive legalizando o aborto

da com prisão e/ou processo se o agressor repetir agressões físicas no mesmo familiar no período de um ano, caso a vítima reúna por si as provas da agressão. Não reconhece que a violência atinge a mulher do berço ao túmulo (Alex Marshall, in "Estado da População Mundial: Relatório 2000"); e desobriga o Estado à atenção integral à sobrevivente de violência doméstica.

É de domínio público mundial que no flagelo da violência doméstica a criminalização é indispensável no combate à violência intrafamiliar, seja da mulher, de crianças, jovens, pessoas com deficiência e idosas, porque "a impunidade cultiva a tolerância social com a vio-

lência" (Tracy Robinson, relatora sobre os Direitos das Mulheres da Organização dos Estados Americanos).

Putin destrói um legado soviético civilizatório: o governo soviético foi o primeiro do mundo a abolir as leis que conferiam cidadania de segunda categoria para as mulheres, sob o comando de Alexandra Kollontai (1872-1952), única mulher que ocupou cargo no primeiro escalão após a Revolução de Outubro de 1917: Comissária do Povo (equivalente a ministra de Estado do Bem-Estar Social), elaborou as novas leis sobre os direitos da mulher, a legislação mais avançada de um país, em todos os tempos, inclusive legalizando o aborto. Naquela época, não estavam postas as reivindicações feministas sobre violência doméstica, e a Revolução Russa apostava no desabrochar do novo homem e da nova mulher sob o socialismo, mudança cultural que não se concretizou.

DUKE

